

POSIÇÃO DA APAP PARA PARTICIPA.PT PRO-RIOS 2030

Programa de Restauro Ecológico de Rios e Ribeiras

PREAMBULO

Restaurar rios não chega: é preciso desenhar a paisagem

Portugal deu um passo importante com o lançamento do PRO-RIOS 2030. Num país marcado por eventos extremos, cheias recorrentes e degradação de ecossistemas, apostar no restauro ecológico dos rios é uma decisão acertada e necessária. Mas há uma questão recorrente que importa colocar: queremos apenas restaurar rios — ou queremos qualificar o território? Os rios não são apenas linhas de água, são estruturas vivas que organizam a paisagem, moldam cidades, suportam biodiversidade e constroem identidade. Intervir num rio é sempre intervir no território.

O PRO-RIOS reconhece a importância de soluções baseadas na natureza, da recuperação de galerias ripícolas e da restituição de dinâmicas fluviais, pelo que se trata de uma mudança de paradigma face há décadas de engenharia pesada e artificialização dos cursos de água. Não obstante, subsiste uma lacuna relevante: a ausência de uma abordagem explícita de paisagem. Sem essa dimensão, o risco é claro, pois podemos ter intervenções tecnicamente correctas do ponto de vista hidráulico ou ecológico, mas desarticuladas, fragmentadas e desligadas das comunidades. Podemos restaurar funções, mas perder coerência territorial.

A Arquitectura Paisagista existe precisamente para responder a esta complexidade pois:

- Integra ecologia, desenho, cultura e uso;
- Traduz processos naturais em espaços vivos;
- Liga ciência e território.

Num programa desta escala — 1 500 km de rios até 2030 — não basta intervir, torna-se imperativo desenhar, articular, estruturar. Isto implica integrar o PRO-RIOS nos instrumentos de ordenamento do território, garantir continuidade espacial e assumir os rios como infra-estruturas verdes estruturantes. Implica também reconhecer que o sucesso não se mede apenas em quilómetros intervencionados, mas na qualidade dos espaços criados, na sua apropriação pelas comunidades e na sua capacidade de gerar valor ambiental e territorial.

O PRO-RIOS é uma oportunidade histórica - poderá transformar a relação do país com os seus rios. Para isso, é essencial garantir que o restauro ecológico seja também um projecto de paisagem. Restaurar rios não basta - é preciso desenhar o território.

1. ENQUADRAMENTO

A Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas (APAP) reconhece o **PRO-RIOS 2030** como um instrumento estratégico de elevada relevância para:

- a recuperação dos ecossistemas fluviais
- a adaptação às alterações climáticas
- a valorização territorial e paisagística
- a segurança de pessoas e bens

O programa traduz uma mudança de paradigma ao privilegiar **soluções baseadas na natureza**, alinhadas com o Regulamento Europeu do Restauro da Natureza e com os instrumentos nacionais de gestão hídrica.

2. RECONHECIMENTO POSITIVO

A APAP destaca como particularmente relevantes:

a) Abordagem integrada

O PRO-RIOS articula dimensões:

- ecológicas
- hidráulicas
- territoriais
- sociais

b) Foco no restauro ecológico

A valorização de:

- galerias ripícolas
- conectividade fluvial
- leitos de cheia
- zonas húmidas

c) Escala nacional e ambição

- Meta de 1 500 km intervencionados até 2030
- Integração de 316 intervenções identificadas

d) Integração com políticas europeias

- Regulamento (UE) 2024/1991
- Directiva Quadro da Água
- Estratégias de adaptação climática

3. QUESTÕES CRÍTICAS IDENTIFICADAS

Apesar da sua relevância, a APAP considera que o PRO-RIOS apresenta lacunas estruturais que importa corrigir:

3.1. Ausência de reconhecimento explícito da Arquitectura Paisagista

O programa:

- não identifica os Arquitectos Paisagistas como actores-chave
- não define equipas multidisciplinares tipo
- não explicita competências em desenho e planeamento da paisagem

Dado que as intervenções incidem directamente sobre:

- estrutura ecológica
- espaço público
- sistemas territoriais

esta ausência constitui uma fragilidade técnica e institucional.

3.2. Redução da paisagem à dimensão biofísica

A paisagem é tratada sobretudo como:

- sistema ecológico
- suporte hidromorfológico

Fica subvalorizada enquanto:

- estrutura territorial contínua
- património cultural e identitário
- suporte de usos e apropriação social

3.3. Insuficiente articulação com o Ordenamento do Território

O programa não explicita a sua integração com:

- Planos Directores Municipais (PDM)
- Estruturas Ecológicas Municipais
- Programas Regionais de Ordenamento do Território

Esta lacuna compromete:

- a coerência espacial
- a continuidade das intervenções
- a eficácia a médio e longo prazo

3.4. Risco de fragmentação (“projectização”)

A abordagem baseada em múltiplas intervenções:

- pode gerar descontinuidade ecológica
- não assegura leitura de sistema de paisagem
- dificulta a construção de corredores funcionais

3.5. Predominância de abordagem sectorial

Verifica-se uma tendência para:

- soluções técnico-hidráulicas
- leitura sectorial dos sistemas fluviais

em detrimento de:

- abordagem paisagística integrada
- desenho territorial

4. POSIÇÃO DA APAP

A APAP considera que o sucesso do PRO-RIOS depende de uma abordagem que integre plenamente a Arquitectura Paisagista enquanto disciplina estruturante na concepção, planeamento, execução e gestão das intervenções em sistemas fluviais.

5. RECOMENDAÇÕES

5.1. Reconhecimento institucional

- Inclusão explícita dos Arquitectos Paisagistas:
 - nas equipas técnicas
 - na coordenação de projectos de restauro
- Definição de perfis profissionais e competências

5.2. Integração no Ordenamento do Território

- Articulação obrigatória com:
 - PDM
 - Estruturas Ecológicas Municipais
- Tradução das intervenções em:
 - condicionantes de uso do solo
 - instrumentos regulamentares

5.3. Abordagem de paisagem

- Considerar os rios como:
 - infra-estruturas verdes estruturantes
 - eixos de organização territorial
- Promover:
 - continuidade ecológica e espacial
 - coerência de desenho
 - integração urbano-rural

5.4. Qualidade do projecto

- Valorização do projecto de arquitectura paisagista como instrumento central
- Desenvolvimento de:
 - guidelines nacionais de restauro fluvial
 - critérios de qualidade paisagística

5.5. Monitorização e avaliação

- Inclusão de indicadores:
 - ecológicos
 - paisagísticos
 - sociais
- Avaliação da:
 - qualidade espacial
 - apropriação pelas comunidades

5.6. Financiamento e acesso

- Garantir que os instrumentos de financiamento:
 - valorizam equipas multidisciplinares
 - reconhecem o papel dos AP
- Promover:
 - projectos-piloto liderados por AP
 - inovação em soluções baseadas na natureza



6. DISPONIBILIDADE DA APAP

A APAP manifesta total disponibilidade para:

- colaborar com a APA e entidades públicas
- contribuir para definição de orientações técnicas
- apoiar a integração do PRO-RIOS nos instrumentos de OT
- participar em processos de capacitação técnica

7. CONCLUSÃO

O PRO-RIOS constitui uma oportunidade estruturante para o território nacional.

O seu impacto dependerá da capacidade de:

- ultrapassar uma visão sectorial
- integrar o restauro ecológico numa lógica de paisagem
- mobilizar competências multidisciplinares

A Arquitectura Paisagista é essencial para garantir que o restauro dos rios não é apenas ecológico, mas também territorial, cultural e socialmente qualificado.

APAP 260504

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS